

O Positivismo e a Bandeira Brasileira

Ricardo Seyssel



É o céu estrelado que lhe inspira a idéia de 'ordem'...

Introdução

Caso fosse alguém com um pouco de conhecimento, um tantinho que fosse, e lesse a frase acima pensaria ser possivelmente parte de um verso de um poeta - Olavo Bilac, por exemplo - enaltecendo a bandeira brasileira... Pois nada mais é que um trecho do texto escrito por Hilton Japiassu no livro *'Introdução às Ciências Humanas – Análise de Epistemologia Histórica'*¹, afirmando o objeto de inspiração e concepção do francês Augusto Comte (1798-1857) para o positivismo. A astronomia sendo parâmetro para a fundamentação de uma linha filosófica onde o indivíduo não vive para si mesmo, mas para o todo social sob a égide do “Ordem e Progresso”: *‘... O progresso exige ordem, sob a pena de cair na anarquia. E a ordem leva naturalmente ao progresso.’* É como uma equação matemática, ou uma equação intelecto-filosófica fundamentada numa razão matemática empírico-analítica.

¹ São Paulo: Letras e Letras, 1994. p.25-26

Os últimos anos do Império

No período anterior ao que se deu a Proclamação da República, final do século XIX, o Brasil vivia um ambiente político onde se alternavam no poder dois partidos, o Liberal e o Conservador; fundamentados no sistema criado pela Constituição imperial de 1824. Eles não tinham nenhuma significação ideológica marcante e caracterizavam-se pela ausência de doutrinas determinadas. O Conservador defendia a vigência da ordem constitucional estabelecida, já o Liberal, a extinção do poder pessoal e a descentralização - porém ambos pregavam a concepção liberal do Estado, cujo princípio central era: o mínimo de governo e o máximo de iniciativa. De alguma maneira esses dois partidos serviam de sustentação e esse sistema imperial, tendo como cabeça o imperador D. Pedro II, o Poder Moderador. No entanto, quem dava as cartas de fato era a oligarquia ou aristocracia rural, reforçada pela expansão da cafeicultura: os “barões do café”, que submetiam os partidos, atenuando as divergências políticas destes, e o resto da população às suas garras econômicas.

De 1830 a aproximadamente 1880, toda a produção econômica se concentrava no café, que se fixou no Vale do Paraíba, região onde prosperou devido às condições geográficas e climáticas. A oligarquia cafeeira determinava as transformações na sociedade, pois detinha a fonte da maior riqueza e produção da época no País. Esse produto era vendido, sem concorrência, ao mercado europeu em expansão, tendo a Inglaterra, a potência hegemônica de então, impulsionadora da Revolução Industrial e influenciadora das questões políticas, a principal compradora. O Pau-brasil² no meio do século já deixara de ser uma fonte eficaz de renda (1856)³, pois sua principal função, a de ser origem da produção de corante para tingimento de tecidos e aplicações em iluminuras, havia sido substituída por pigmentos sintéticos. A cana-de-açúcar há tempos tinha perdido o grande comércio para o plantio desenvolvido pelos holandeses no Caribe, e o comércio do ouro e pedras preciosas se tornara concessão de empreendimentos estrangeiros devido aos custos da extração. Restava assim o café como produto base

² Também conhecido quando da época da extração e comercialização através de monopólio estatal (1502 a 1859) como ‘pau-de-tinta’ e ‘lenho tintorial’ (Tradução do autor). BUENO, Eduardo. Pau-brasil, p.24, São Paulo: Axi Mundi: 2002.

³ Neste ano o jovem químico inglês sir William Henry Perkin descobre a malveína, derivado do carvão mineral, o primeiro corante sintético da história, e, a partir dele, seria possível obter um dos tons característicos do pau-brasil. (BUENO, 2002)

da exportação baseado na mão-de-obra escrava em declínio, e naturalmente quem detinha o poder deste produto dominava a sociedade, pois dominava a renda, o capital e, desde modo, a economia e a política.

O Império desempenhava o seu papel de mantenedor da unidade nacional, assentando-se em um romantismo político, possuindo o fundamento ideológico advindo das doutrinas políticas do escritor suíço Benjamin Constant⁴ (1767-1830). Constant era partidário da soberania popular e considerava ser a vontade popular superior à vontade individual do monarca; porém, rejeitava a ilimitada e absoluta autoridade do povo. Os ministros deveriam constituir o poder executivo, sendo responsáveis perante o rei - aqui no caso, o imperador – que representa um poder neutro, moderador, subsistindo em seu cargo à defesa da harmonia governamental. Mas essa estrutura começava a apresentar falência, em contraponto ao avanço do naturalismo científico. E nesse novo contexto, as velhas ordens instituídas deixavam de corresponder às demandas do momento vivente, a filosofia do romantismo se esvaía perante os reclamos das expectativas individuais e coletivas.

Entra em cena o Positivismo

Diferentemente da Europa, onde servia como justificação às novas atitudes burguesas fundamentadas na fé no progresso honesto da humanidade, o positivismo nas Américas trazia consigo um forte elemento político. Desta forma, aqui no Brasil, insuflava as aspirações revolucionárias da classe média urbana, solidificava-se nas cidades e de sobremaneira nas academias de Direito, com o intuito de criar e definir uma nova consciência da realidade nacional, perante a ordem político-social estabelecida. É por essa via de conduta social que o movimento republicano vai abrindo caminho, para se reforçar ante a estrutura política situada no poder. Descortinava-se uma nova era na história do pensamento brasileiro. Um evidente progresso do espírito científico acompanhando idéias de desenvolvimento da ciência e tecnologia impregnava a vida intelectual.

⁴ Henri Benjamin Constant de Rebecque, Novelistas e escritor político-teórico. Nascido em Lousanne na Suíça. Escreveu inúmeros textos literários assim como trabalhos sobre temas políticos, por exemplo: *De l'esprit de conquête et de l'usurpation* (1814), e *Principes de politique* (1815). Disponível em: <<http://www.acton.org/publicat/randl/liberal.php?id=115>>. Acesso em: 10 jun. 2005.

Em 1844 tinha havido uma primeira manifestação do positivismo no Brasil, quando Justiniano da Silva Gomes defendeu uma tese junto a Faculdade de Medicina da Bahia: *Plano e Método de um Curso de Filosofia*. Todavia, como manifestação social foi em 1865 com a publicação da obra de Francisco António Brandão que versava sobre a escravidão no Brasil, ‘*A Escravatura no Brasil*’, precedido de um artigo sobre a agricultura e colonização no Maranhão, que o positivismo se fez presente. Ele penetra no País já dividido em dois grupos, de acordo com João Ribeiro Junior – autor do livro *O que é o positivismo*⁵, sendo o primeiro de Pierre Laffitte (1823-1903) de caráter ortodoxo dogmático da religião da humanidade, com o intuito de evangelização dos espíritos, no afã de mostrar o papel unificador da religião positivista. Já o segundo de Paul-Émile Littré (1801–1881) se distanciava da evolução agnóstica, que pautava a atitude na emancipação do espírito, considerando o ateísmo a única vertente religiosa condizente com o positivismo; para deste modo seguiu-o apenas na questão metodológica científica da observação, experimentação, comparação e, na filosofia política.

Porém, Ricardo Vélez Rodrigues⁶ observa, em artigo escrito para a revista *Ética & Filosofia Política*⁷, ‘A herança de 64 no contexto do cientificismo brasileiro’, afirma que o positivismo teve quatro manifestações diferentes no país:

A corrente ortodoxa teve como principais representantes a Miguel Lemos (1854-1917) e Teixeira Mendes (1855-1927), que em 1881 fundaram a Igreja Positivista Brasileira com o propósito de fomentar o culto da “Religião da Humanidade” proposta por Augusto Comte (1798-1857) no seu Catecismo positivista. **A corrente ilustrada** teve como principais representantes a Luiz Pereira Barreto (1840-1923), Alberto Sales (1857-1904), Pedro Lessa (1859-1921) e Ivan Lins (1904-1975). Defendia o plano proposto por Comte na primeira parte da sua obra, até 1845, antes que formulasse a “Religião da Humanidade”, e que poderia ser resumido assim: o positivismo constitui a última etapa (científica) da evolução do espírito humano, que já passou pelas etapas teológica e metafísica e que deve ser educado na ciência positiva, a fim de que surja, a partir desse esforço pedagógico, a verdadeira ordem social, que foi alterada pelas revoluções burguesas dos séculos XVII e XVIII. **A corrente política** do positivismo teve como maior representante Júlio de Castilhos (1860-1903) que redigiu, em 1891, a Constituição para o Estado do Rio Grande do Sul, que começou a vigorar nesse mesmo ano. (...)

A corrente militar positivista teve como principal representante Benjamin Constant Botelho de Magalhães (1836-1891), professor da Academia Militar e um dos chefes do movimento castrense que derrubou a Monarquia em 1889. Esta corrente estruturou-se de forma semelhante à ilustrada, adotando as teses comteanas anteriores a 1845 (Grifo nosso). (Vélez, 2004)

⁵ São Paulo, Brasiliense, 3ª reimpressão – 1998. Livro base deste trabalho.

⁶ Doutor em Filosofia. Professor Adjunto da UFJF. Membro do Instituto Brasileiro de Filosofia, São Paulo.

⁷ Volume 7, Número 1, Junho – 2004. Disponível em: <http://www.eticaefilosofia.ufjf.br/7_1_vez.htm>. Acesso em: 7 jun. 2005.

O positivismo criado por Augusto Comte também foi constituído de uma doutrina religiosa para a humanidade – o Positivismo religioso –, onde essa humanidade se intitula “O Grande Ser”, “*o motor imediato de cada existência individual ou coletiva*” a inspirar a fórmula máxima do positivismo: “***O Amor por princípio, e a Ordem por base; o Progresso por fim***”. Segundo Miguel Lemos, membro da Igreja Positivista do Brasil, essa fórmula era redigida de maneira diversa e sendo ainda hoje citada de maneira indevida: “***O Amor por princípio, a Ordem por base e o Progresso por fim***”. O próprio Comte modificou a frase, ligando o segundo termo ao primeiro pela conjunção e separando o terceiro por ponto e vírgula.

No livro *O que é positivismo* João Ribeiro Junior afirma:

A fim de melhor guiar a vida real, esta fórmula universal do positivismo se decompõe em duas divisas usuais – uma moral e estética: “*Viver para outrem*”, ou seja, subordinar o indivíduo à família, esta à pátria e a pátria à humanidade; e outra política e científica: “*Ordem e Progresso*”, isto é, organização, cada coisa em seu devido lugar para perfeita orientação ética da vida social.

Na dialética positivista, o amor procura a ordem e a impele para o progresso; a ordem consolida o amor e dirige o progresso; o progresso desenvolve a ordem e reconduz o amor. (Ribeiro, 1998, p.29)

Partindo, pois desta inspiração altruísta⁸ Comte criou essa religião com caráter puramente natural, racional, científico e fundamentalmente humano, a não admitir mistérios, revelações, dogmas, vontade sobrenatural, em suma, qualquer idéia ou fato que não pudesse ser comprovado ou demonstrado pela razão. Essa religião positivista, fundamentada na ciência do mundo, visava convergir para o aprimoramento moral, intelectual e objetivo da humanidade – a humanidade que trabalhou, trabalha e trabalhará. Ainda em João Ribeiro Junior:

A humanidade – O Grande Ser –, para Augusto Comte, é muito mais do que uma simples abstração, de forma vazia e inerte, é uma realidade, pois representa a comunhão de todos os homens em uma contínua solidariedade no tempo e no espaço. (Ribeiro, 1998, p.30)

Imbuídos destes ideais, onde as soluções dos problemas humanos passavam através do método científico, a doutrina positivista se tornava assunto discutido abertamente em oposição à metafísica reinante no País desde a Independência, que apresentava como característica uma retórica prolixa de verbosidade manifesta nos intelectuais pelo Brasil afora.

⁸ Altruísmo: termo criado por Augusto Comte para a doutrina que considera como fim da conduta humana o interesse do próximo, e que se resume nos imperativos: “Viva para outrem”; “Ama o próximo mais do que a ti mesmo”.

O Exército assume a doutrina positivista

A liderança da manifestação doutrinária política no país é de Benjamin Constant Botelho de Magalhães (1836 - 1891) – formado em ciências físicas e matemática – que ensinava na Escola Normal e na Escola Militar os fundamentos do positivismo à juventude. Com grande prestígio entre os jovens oficiais, ele os conduziu ao movimento republicano. Esses militares se escoravam no positivismo para rejeitar a cultura política imperial, que se baseava nos estudos



jurídicos e não nas ciências sociais e naturais; bem como, um instrumento ideal para a formulação das exigências de uma nova forma de autoritarismo a legitimar os interesses da corporação. Creio que principalmente por essa afirmação de Comte a seguir podemos notar o porquê da opção de Constant ao positivismo: “...a política positivista é a única via pela qual a espécie humana possa sair do pensamento arbitrário. Ao qual continuará presa enquanto dominarem ainda a política teológica e a política metafísica⁹.” (COMTE, p.135)

O Exército fora posto de lado no poder desde a abdicação de D. Pedro I, pois se temia poder surgir na corporação “pequenos Napoleões”, como acontecera no México e na Argentina: Feijó liderando os liberais da regência reduzira os contingentes do Exército e criara a Guarda Nacional.¹⁰

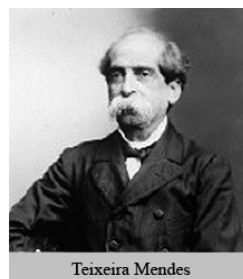
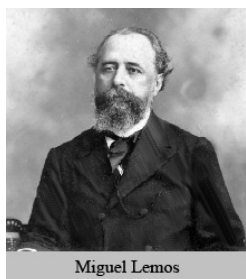
Desta maneira, angariando para si as consciências das classes privilegiadas, a doutrina positivista se propaga nas escolas, influenciando os jovens que possuíam, até então, uma cultura mais literária do que científica, até porque, naquele período histórico da nação, somente os militares, médicos e engenheiros se aprofundavam nos estudos científicos.

O que acontece de maneira contundente é a invasão nas províncias brasileiras da propaganda doutrinária de um positivismo integral, isto é., conjuntamente o método filosófico e a religião da humanidade,

⁹ Decorrente da Lei dos três estados ou modo de pensar: o *estado teológico-fictício* a ter diferentes fases (fetichismo, politeísmo e monoteísmo), o espírito humano explica os fenômenos por meio de agentes sobrenaturais; o *estado metafísico-abstrato*, os fenômenos são explicados por meio de forças ou entidades ocultas e abstratas; e o *estado positivo-científico*, a explicação dos fenômenos estão subordinados às leis experimentalmente demonstradas (Tradução do autor) (Ribeiro, p.19)

¹⁰ Disponível em: <<http://educaterra.terra.com.br/almanaque/15novembro/proclamacao7.htm>>. Acesso em: 10 jun. 2005.

fato metodicamente organizado por Miguel Lemos (1854 - 1917) e Teixeira Mendes¹¹ (1855 - 1927),



“convertidos” ao positivismo ortodoxo por Laffitte. Eles e outros seguidores da filosofia/doutrina assumem o papel de não envolvimento político nos movimentos republicanos, pois entendiam que o desenrolar das leis científicas do progresso fatalmente iriam cumprir o legado das máximas positivistas. Convém citar aqui o papel do paulista Luís Pereira Barreto (1840 - 1923) – já mencionado acima em Ricardo Vélez Rodrigues – responsável pelo aumento do prestígio do Positivismo no Brasil na metade do século XIX, podendo ser apontado como o primeiro caso no país de alguém como modelo moral típico da doutrina comtiana.

Assim o quadro estava formado, partindo de várias frentes as idéias republicanas encontravam apoio junto à população e nas elites intelectuais que já se apoiavam nas idéias do filósofo francês. A monarquia encontrava seu fim e não teria como evitar a derrocada do sistema a perdurar por 67 anos; já à sombra de um poder emergente liderado pelo Exército, que saíra fortalecido da sangrenta guerra contra o Paraguai.

Os militares foram tomando ciência da sua importância e poder, saindo de uma situação secundária, num regime de absoluto domínio dos civis; trazendo a público suas queixas que iam dos baixos soldos, transferências e punições, a situação de penúria a viver o Exército brasileiro¹². O lento fim da escravidão, e a Igreja Católica que havia se afastado do governo imperial por motivo de uma prisão ocorrida em 1875 de bispos, o que fora recebido como uma afronta, ferindo a religiosidade popular¹³. Os monarquistas não tinham como se defender do golpe já tramado nas casernas lideradas por Deodoro da Fonseca – que segundo afirmam era monarquista e amigo do imperador a quem devia favores – e o tenente-coronel Benjamin

¹¹ Fundadores do Apostolado Positivista do Brasil em 1881, juntamente com Benjamin Constant B. de Magalhães.

¹² Disponível em: <<http://educaterterra.terra.com.br/almanaque/15novembro/proclamacao7.htm>>. Acesso em: 10 jun.2005.

¹³ “Os bispos de Olinda e do Pará foram presos por ordem de D. Pedro II e condenados a 4 anos de prisão com trabalhos forçados, em 1874. A pena foi comutada para prisão simples. O papa Pio IX, que a princípio desaprovava o procedimento dos bispos, injuriou-se e o problema tornou-se internacional. Foi resolvido com um arranjo: os bispos foram anistiados e o gabinete de Rio Branco caiu, sendo substituído pelo gabinete chefiado pelo duque de Caxias”. Disponível em: <<http://educaterterra.terra.com.br/almanaque/15novembro/proclamacao3.htm>>. Acesso em: 10 jun.2005.

Constant o principal artífice do fato – este sim, defensor da queda do Império e disseminador febril das idéias positivistas¹⁴. O ressentimento deste dois militares é que os unia contra a ordem imperial, pois Deodoro era um militar de carreira, visto pelos cadetes como “tarimbeiro” (termo depreciativo provindo de *tarimba*, o estrado de madeira onde os soldados dormiam nos quartéis, servindo de designação a oficiais ligados à tropa e sem estudos superiores); já Benjamin era professor admirado pelos soldados aspirantes da Escola Militar da Praia Vermelha, chamada também de “Tabernáculo da Ciência”, centro da gestão do golpe republicano.

Manuel Deodoro da Fonseca (1827 - 1892), o Marechal Deodoro, tinha uma opinião que pode parecer desconcertante, porém mostrava bem a realidade nacional no período que, aliás, veio a se provar verdadeira nos anos subseqüentes. Ele escreveu uma carta a um sobrinho logo após deixar Mato Grosso, onde estava no posto de comandante das Armas da Província, cargo este que em verdade era uma forma de afastá-lo dos centros do poder, além de fazê-lo ser submisso ao coronel Cunha Matos presidente da província: “República no Brasil é coisa impossível porque será uma verdadeira desgraça. Os brasileiros estão e estarão muito mal-educados para republicanos. O único sustentáculo do nosso Brasil é a monarquia; se mal com ela, pior sem ela.”¹⁵. Porém, após 63 dias estaria à frente do golpe militar que geraria a República dos Estados Unidos do Brasil¹⁶.

Sem tiros e sem muitos alardes

Foi sem nenhuma manifestação de força efetiva que 600 soldados do 1º e 3º Regimento de Cavalaria e do 9º Batalhão, que ignoravam o que estava acontecendo, participaram da ação do dia 15 de novembro. Vários militares, contudo, eram cientes de estarem participando de uma quartelada, porém no máximo da deposição do primeiro-ministro Visconde de Ouro Preto¹⁷; jamais o imperador D. Pedro II, e

¹⁴ Disponível em: <<http://www.culturabrasil.pro.br/decliniodoimperio.htm>> Acesso em: 06 jun.2005.

¹⁵ Disponível em: <<http://educaterra.terra.com.br/almanaque/15novembro/proclamacao8.htm>> Acesso em: 10 jun. 2005.

¹⁶ Designação elaborada por Rui Barbosa.

¹⁷ Affonso Celso de Assis Figueiredo (1836-1912). Bacharel em Direito e professor de Direito Civil e Comercial da Faculdade Livre de Ciências Jurídicas e Sociais do Rio de Janeiro, também ocupou os cargos de Secretário de Polícia, Inspetor da Tesouraria Provincial e Procurador da Fazenda. Foi Deputado Provincial em dois mandatos e Deputado Geral por Minas Gerais por quatro vezes. Ministro da Marinha e da Fazenda e Membro do Conselho de Estado, presidiu o último Conselho de Ministros do Império, tendo sido preso a 15 de novembro de 1889 - com todo o Ministério - e exilado. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/comunica/historia/visc_ouro_preto.htm>. Acesso em: 10 jun.2005.

muito menos a monarquia que representavam. Segundo Aristides Lobo¹⁸ (1838-1896) a população assistia aquilo com um estado de espírito “bestializado, atônito, surpreso, sem conhecer o que significava”. Não mais do que uma quinta parte do exército estava ciente da trama. Naquela mesma hora Ouro Preto foi preso e o gabinete derrubado. Quando chegou à noite é que os golpistas civis e militares se reuniram e, em silêncio, e provisoriamente proclamaram uma república federativa.

A instituição da Bandeira Brasileira atual e as oposições a esta

Das medidas adotadas durante os primeiros anos da República, algumas refletem a influência do positivismo. São elas:

- A substituição da saudação final na correspondência oficial do Estado, de "Deus guarde a V. Exa." por "saúde e fraternidade", que faziam referência ao Culto da Humanidade de Comte.
- Abolição dos tratamentos de Vossa Excelência, Vossa Senhora etc. pela forma "vós".
- A configuração da bandeira republicana, que recebeu o lema comtiano "Ordem e Progresso".
- A lei da separação entre Igreja e Estado.
- O decreto dos feriados nacionais, alguns permanecem até hoje, como o 2 de novembro, o 1º de janeiro, etc.¹⁹

A inserção do lema na bandeira nacional se deu através do decreto nº 4 de 19 de novembro de 1889, preparado por Benjamin Constant então membro do Governo Provisório e redigido por Rui Barbosa. A idéia da nova Bandeira do Brasil deveu-se ao professor Raimundo Teixeira Mendes, com a colaboração do dr. Miguel Lemos e do professor Manuel Pereira Reis, catedrático de astronomia da Escola Politécnica, e desenhada pelo pintor Décio Vilares²⁰. Assinaram o decreto: Marechal Deodoro da Fonseca - chefe do

¹⁸ Durante a Monarquia, foi Deputado Geral, de 1864 a 1870 e Promotor Público da Corte. Foi Ministro, no Governo Provisório (1889/1890), Deputado à Constituinte, Senador Federal de 1892/1896. No Governo Republicano, Aristides Lobo foi nomeado Ministro do Interior e Justiça, demitindo-se após desentendimentos com o Marechal Deodoro da Fonseca, por estar decepcionado com os rumos que a tão sonhada República estava seguindo. Dirigiu os jornais: A República, O Republicano, O Íris Acadêmico e O Diário Popular, de São Paulo. Disponível em: <<http://www2.aplpb.com.br/academicos/cadeira06.htm>>. Acesso em: 10 jun. 2005.

¹⁹ Alexandro Silva, Ana Benvenuti: 2002. Disponível em: <<http://www.geocities.com/positivismonobrasil/?20058>>. Acesso em: 8 jun. 2005

²⁰ Décio Rodrigues Villares (Rio de Janeiro RJ 1851 - idem 1931) Escultor, pintor e caricaturista. Estudou na Academia Imperial de Belas Artes, no Rio de Janeiro, onde foi aluno de Victor Meirelles, em 1868. Viajou para a Europa, aonde estudou entre 1872 e 1881, com Alexandre Cabanel e participou do concurso para professor da Academia de Belas Artes, em Paris (França), onde foi o primeiro colocado, mas rejeitou o cargo por não querer se naturalizar francês; e com Pedro Américo, em Florença (Itália), de quem adquiriu o fascínio pelos temas bíblicos. De volta ao Brasil, foi um dos líderes do grupo dos positivistas que se opôs aos modernistas na luta por reformas políticas e estéticas na Academia Imperial de Belas Artes, em 1888. Disponível em: <<http://www.itaucultural.org.br/AplicExternas/Enciclopedia/artesvisuais2003/index.cfm?fuseaction=D...>>. Acesso em: 6 jan. 2005.

Governo Provisório, Quintino Bocaiúva, Aristides da Silveira Lobo, Rui Barbosa, M. Ferraz de Campos Sales, Benjamin Constant Botelho de Magalhães e Eduardo Wandenkolk.

Houve inúmeros opositores à concepção da bandeira nacional, entre eles Quintino Bocaiúva, Santos Dumont, Osório Duque Estrada, Visconde de Taunay, Eduardo Prado e Eurico Góes. Estes dois últimos escrevem trabalhos sobre o assunto.

Aconteceram as chamadas Sete Críticas Maiores à bandeira, que foram: 1. Desprezo a tradição, 2. Erros de astronomia, 3. Uma legenda positivista, 4. Caso especial do Cruzeiro do Sul, 5. Simbologia sem fundamentos, 6. Inobservância heráldica e 7. Falhas na aplicação do Decreto (4º). O próprio Marechal Deodoro era contra a mudança proposta, para ele bastava retirar a coroa imperial. Mas os positivistas pressionaram-no a aceitar a proposta, o que foi feito. Raimundo Teixeira Mendes, para justificar a sua concepção publicou, no *Diário Oficial* de 24 de novembro de 1889, um texto intitulado “Apreciação Filosófica” e uma carta posterior, datada de 25 de novembro de 1889. Em resposta a esses escritos Eduardo Prado²¹ (1860 - 1901) escreveu um livro chamado *A Bandeira Nacional* rebatendo as alegações e justificativas de Teixeira, sendo publicado após sua morte em 1903.

A influência da doutrina de Comte no Exército entra em declínio após 1930, quando acontece a reforma no ensino militar, onde se dá a mudança da Escola militar do Realengo para Agulhas Negras. Mas de alguma forma o legado permanece até os dias de hoje, a bandeira atual brasileira é prova desse fato.

“No dia 15 de novembro, voltando os regimentos para os quartéis, os alferes enrolaram as bandeiras e, atiradas sobre uma carreta, foram ellas recolhidas aos armazens do exército, como trastes já sem uso, Symbolos mudos, que já nada diziam aos corações. A força desfilou pelas ruas, sem que sobre as baionetas rutilantes ao sol fluctuasse o velho symbolo da Patria. Têm o seu destino as bandeiras: pela manhã, o exercito lhes fazia continências: á tarde, eram largadas, talvez, a um canto escuso do quartel. Hontem, palladio sacrosanto do patriotismo, a quem foram feitos os juramentos mais solemnes; hoje, pedaço de panno, que o soldado teve de abandonar e de esquecer.” (Prado, 1903, p.3-4)

²¹ Escritor brasileiro nascido em São Paulo, SP, fundador da cadeira nº 40 da Academia Brasileira de Letras (1897). Formado em direito (1881), passou a viver em Portugal, onde se tornou amigo de Eça de Queirós e Ramalho Ortigão. Monarquista convicto escreveu, sob o pseudônimo Frederico de S., uma série de artigos de protesto na Revista de Portugal, depois reunidos e publicados sob o título ‘Fatos da ditadura militar no Brasil’ (1890). Voltou ao Brasil (1893) e passou a criticar a política externa do governo republicano de Floriano Peixoto, numa luta infrutífera pela restauração da monarquia. Fundou o jornal Comércio de São Paulo (1895) e morreu, seis anos após, na capital paulista. Disponível em: <<http://www.sobiografias.hpg.ig.com.br/EduarPSP.html>>. Acesso: 27 abr. 2005.